---------- **ATA N.º 8/2024** ----------

SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE AOS DIAS VINTE E SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO. ----------

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, na Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Alqueidão de Santo Amaro, na localidade de Alqueidão de Santo Amaro, sito na freguesia do Bêco, face à convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a Presidência de José Manuel Pinto da Silva Casanova, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, Carlos Ferreira Salgado e Maria Fernanda Gaspar de Moura, com a seguinte **ordem de trabalhos:** ----------

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

1. Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do n° 1 do artigo 29° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. ----------

2. Apreciação e votação da ata da 4ª Sessão Ordinária realizada em 20 de setembro de 2024. ----------

3. Apreciação e votação da ata da 3ª Sessão Extraordinária realizada em 29 de novembro de 2024. ----------

4. Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. ----------

PERIODO DA ORDEM DO DIA ----------

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do município, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n° 2 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.----------

2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente aos estudos de sinalização/toponímia abaixo mencionados, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação: ----------

a) Colocação de sinal de trânsito, na Estrada de São Tomé, no lugar de Serra do Balas, sito na União das Freguesias de Areias e Pias; ----------

b) Colocação de sinal de trânsito, na Rua da Abrunheira, no lugar de Avecasta, sito na União das Freguesias de Areias e Pias; ----------

c) Colocação de sinal de trânsito, no lugar de Venda dos Tremoços, sito na União das Freguesias de Areias e Pias; ----------

d) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Pedro Ferreiro, Rua 5 de Outubro, Rua Ivone Silva, Rua Dr. Guilherme Félix de Faria Soeiro, Rua Luís de Camões e Rua Vasco da Gama, no lugar de Ferreira do Zêzere, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; ----------

e) Colocação de sinal de trânsito, na Estrada da Castelaria, no lugar de Castelaria, sito na freguesia de Igreja Nova do Sobral; ----------

f) Colocação de sinal de trânsito, na Rua da Barca, no lugar de Dornes, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto; ----------

g) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Celestina Pais de Almeida, no lugar de Casal do Carril, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto; ----------

h) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Rainha Santa Isabel, no lugar de Dornes, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto; ----------

3. Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2025, conforme alínea a) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. ----------

4. Apreciação e votação do Mapa de Pessoal e respetiva caraterização dos postos de trabalho e competências para o ano de 2025, conforme alínea o) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. ----------

5. Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal, para adenda ao Contrato Interadministrativo - Freguesia de Águas Belas, com prorrogação do prazo, em conformidade com o disposto na alínea m) do n° 1 do artigo 33°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, bem como nos termos da alínea k) do n° 1 do artigo 25°, da mesma Lei. ----------

6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, para redução em 50% das taxas mensais, para o ano de 2025, para os vendedores que exponham e vendam os produtos por si produzidos na área das suas atividades, tradicional, artesanal ou artística, bem como pela isenção do pagamento de taxas a comerciante do mercado municipal, durante o período em que, pelo imperativo legal, não poder realizar a sua atividade nos meses de abril e maio, nos termos do n° 2, do art° 16 da Lei n° 73/2013. ----------

7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal do Regulamento do Programa de Apoio à Esterilização de Cães e Gatos do Município de Ferreira do

Zêzere, conforme o disposto na alínea g) do n° 1, do artigo 25°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. ----------

8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, para integração na RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança, conforme o disposto na alínea n) do artigo n° 1 do artigo 25°, na sua atual redação. ----------

9. Informação sobre a Desagregação da Freguesia de Pias. ----------

10. Compromissos Plurianuais: ----------

10.1) Apreciação dos compromissos plurianuais (quadro 1), efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 4 de dezembro de 2021, conforme n° 1 do artigo 6° da Lei n° 8/2012, de 21 de fevereiro. ----------

11. Para conhecimento dos apoios/auxílios (financeiros e não financeiros) concedidos às freguesias, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugada com o n° 4 da proposta de concessão de apoio às freguesias aprovada pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 27 de junho de 2023. ----------

INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS ----------

1. Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49.° da Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro. ----------

Presenças: distribuída a folha de Presenças aos membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de vinte e dois dos seus membros, tendo-se registado a ausência do Deputado Municipal, Manuel dos Santos Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de Dornes, que foi substituído pela Senhora Ana Rita Vieira Silva. ---------

A Câmara Municipal fez-se representar pelo Presidente Bruno José da Graça Gomes, e pelos Vereadores Orlando da Silva Patrício, Sérgio Manuel Roberto Morgado, Hugo Miguel de Freitas Azevedo e Pedro Manuel dos Santos Alberto. -----

Abertura da Sessão: Eram vinte e uma horas e dez minutos, quando, verificada a existência de "quórum", o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os membros presentes da câmara municipal, assembleia municipal, comunicação social e público em geral. ----------

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

1. Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do n° 1 do artigo 29° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez uma abordagem breve de alguns pontos mais importantes da correspondência recebida. -- Destacou duas situações importantes, a primeira que tem a ver com o ponto nove do Período da Ordem do Dia, mas que falaria só nessa altura, e a outra tem a ver com um pedido de renúncia de mandato do Senhor Deputado Municipal Tiago Antunes, que por motivos pessoais e de saúde de um familiar direto, o impede de continuar a vir às Assembleias Municipais. Assim neste sentido, o Senhor Pedro Manuel dos Santos Vitorino tomou posse como novo Deputado Municipal da Assembleia Municipal, o qual o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a sua vinda àquele Órgão. ----------

Não houve intervenções. ----------

2. Apreciação e votação da ata da 4ª Sessão Ordinária realizada em 20 de setembro de 2024. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados Municipais se pretendiam efetuar alguma alteração à ata recebida que foi enviada oportunamente, pelo que não houve nenhuma intervenção. ----------

Colocada à votação, a Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com vinte votos a favor, sendo treze do Partido Socialista e sete do PPD/PSD-CDS.PP, zero votos contra, e uma abstenção da Senhora Ana Rita Vieira da Silva, do Partido Socialista, devido a não estar presente na Assembleia Municipal. ----------

Lembrou os presentes que ficará apenso à respetiva Ata um Acórdão que foi entregue à Mesa da Assembleia Municipal, na Sessão de vinte de setembro de dois mil e vinte e quatro. ----------

3. Apreciação e votação da ata da 3ª Sessão Extraordinária realizada em 29 de novembro de 2024. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados Municipais se pretendiam efetuar alguma alteração à ata recebida que foi enviada oportunamente, pelo que não houve nenhuma intervenção. ----------

Colocada à votação, a Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com dezanove votos a favor, sendo doze votos do Partido Socialista e sete votos do PPD/PSD-CDS.PP, zero votos contra, e duas abstenções, por não estarem presentes na Assembleia Municipal. ----------

Lembrou os presentes que ficará apenso à respetiva Ata o Parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais de Direitos, Liberdades e Garantias que foi lido na respetiva Sessão. ----------

4. Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, fez uma apresentação breve, dando conta daquilo que são as escolhas dos milhões de euros que o Município de Ferreira do Zêzere tem na Comunidade Intermunicipal, com um conjunto de projetos que se revestem de grande importância para o futuro de Ferreira do Zêzere, e que entende serem estruturantes e que devem ser vistos pelos membros da Assembleia da Assembleia e por quem vê a Sessão da Assembleia. Começou por dizer que finalmente foi publicado o PDM – Plano Diretor Municipal, o que permitir aos dias de hoje resolver muitos problemas e fazer com que haja investimentos de extrema importância para o Concelho, mas como sempre disse, é o Plano Diretor Municipal possível, dizendo que continuarão a trabalhar para terem um Plano futuro que seja mais atual. Congratulou e agradeceu a todos os serviços e pessoas envolvidas, no dossier em apreço, que foi pesado. Continuou dizendo que a Estrada Nacional 238, teve um concurso e concorrentes, e que segundo a ADVT - Águas do Vale do Tejo, a obra se iniciará em janeiro, e que estão apenas a aguardar qual a data exata de início de obra e qual o montante porque foi adjudicada. Apresentou algumas obras que estão em execução e outras a iniciar brevemente, nomeadamente a de "Restauro, Conservação e Requalificação da Torre Pentagonal de Dornes e sua Envolvente", que continuam a aguardar o Parecer da entidade CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, dizendo que irá continuar a haver obra. Falou na "Construção da Escola EB 2.3/S Pedro Ferreiro", deixou um convite aos membros da Assembleia Municipal para irem visitar a obra "*in loco*", em dois mil e vinte e cinco, que na sua opinião seria bastante pertinente, e depois mencionou a "Reabilitação do Edifício do Centro de Saúde de Ferreira do Zêzere", em que o concurso será finalizado, se não houver problemas, na primeira quinzena do mês de

janeiro, sendo um investimento superior a setecentos mil euros, e pelo que sabem há interesse naquilo que é o concurso, esperando que haja concorrentes, para que consigam começar a obra rapidamente. Passou depois para um conjunto de projetos, dizendo que é sempre muito importante terem projetos de execução, para pensarem o Concelho a médio e a longo prazo, referindo que na última Reunião de Câmara aprovaram um parecer prévio vinculativo para avançarem com um Plano de Mobilidade que terá eventualmente um custo de cinquenta mil euros, que pretendem que seja candidato, e terem setenta e cinco por cento do valor pago, sendo mais um investimento que pretendem e sirva de alicerce para o futuro. Nesse sentido tem um conjunto de Ruas, onde os projetos de execução estão a acontecer ou já estão na fase final, nomeadamente da Rua Manuel António Dias Ferreira, o projeto de execução na Rua localizada a tardoz do Centro Cultural, que irá coincidir com o Parque Verde, sendo este um projeto da Fundação Maria Dias Ferreira, como já deu conta anteriormente, e mencionou também o Projeto de Execução da Rua de São Lucas. Referiu o Projeto de Execução para o prolongamento da Rua Otávio Nunes Godinho à Rua Maria Vasques, incluindo troço de ligação ao edifício da Central de Camionagem, bem como o Projeto de Execução para a Requalificação da Rua António José Soeiro e Silva. Pretendem muito salvaguardar a possibilidade de se poderem candidatar a avisos futuros, para terem financiamento e poderem avançar com as obras, dizendo que nesta parte estão já numa fase avançada. Mencionou também um Projeto de Execução de Estabilização de Talude em Castanheira, que é um problema difícil de resolver, que já teve uma análise prévia, e que neste momento está em elaboração o projeto de execução para não haver problemas no futuro. Falou depois em Projetos de Execução que estão em andamento,

nomeadamente para três escolas e para habitação social. Lembrou que o objetivo neste mandato é terem solução para a totalidade das escolas que estão vazias, dizendo que irão vender algumas, agora que neste momento o PDM foi alterado, e que irá amenizar algumas condicionantes em algumas escolas e que pretendem assim no início do ano avançar para a venda de algumas e para a requalificação de Almogadel, Matos e Castelaria. Disse que estão em fase de elaboração de Projetos de Execução para a Requalificação do Pavilhão Municipal e Conversão em Pavilhão Multiusos, onde irá ser um investimento grande e que se prevê estar concluído em finais de fevereiro, início de março. Deu conta de que tem um compromisso para com a CCDR, bem como para a Comunidade Intermunicipal da obra arrancar no verão, sendo esse o objetivo. Mencionou alguns projetos que estão em fase de revisão, ou mesmo quase finalizados, referindo-se aos edifícios de habitação, e à revisão do projeto de construção da praia fluvial da Bairrada/Bairradinha que está finalizada e que pretendem muito na primeira quinzena de janeiro avançar com o concurso novamente para que a obra esteja finalizada a tempo da época balnear. Falou também da Revisão do projeto de execução para a reabilitação da escola de Pias, para edifício de Cowork, mencionando que o projeto está finalizado, e a revisão perto de ser terminada, o que irá permitir rapidamente avançar com o projeto que considera muito importante. Falou depois no sistema de incentivos base territorial e AAE nova geração e espaços de coworking, que levou o executivo a decidir um conjunto de investimentos, que estão condicionados em algumas valências, onde tem alguns investimentos relativa à verba superior a seis milhões de euros que o executivo alocou. Um deles é o edifício cowork que tem um financiamento previsto de quinhentos mil euros, e o investimento previsto de

seiscentos e sessenta e seis mil euros. Na eficiência energética pretendem melhorar as Piscinas, onde necessitam urgentemente de obras de eficiência energética, com um investimento previsto de duzentos e cinquenta mil euros, dizendo que não será uma obra da dimensão que pretendem, mas terá várias fases, onde oportunamente darão conta dessa situação. Passou depois para o Ciclo urbano de água em baixa (sistemas municipais) da Tejo Ambiente, onde tem a Rede de Esgotos do Sistema de Chãos em Avecasta, Almogadel, já tendo dado conta dessa situação, bem como também de Jamprestes, sendo executado pela Tejo Ambiente, dizendo que os projetos de execução já estão a acontecer, achando mesmo que a Junta de Freguesia de Chãos, já foi contatada para referenciar os proprietários de alguns terrenos. Referiu a Requalificação da Aldeia de Dornes, que está na fase final, dizendo que alocaram nessa requalificação financiamento, dando conta que o observatório da biodiversidade de Ferreira do Zêzere, é a versão dois do Centro BTT e Trail, ou Centro de Cycling e Trail, em que irão dar outra versão e que irá ser um projeto mais abrangente, para se conseguir ser financiado. Referiu terem uma verba para a criação de rua, bolsa de estacionamento e zona envolvente do Cemitério, com um investimento previsto de seiscentos e cinquenta mil euros, um investimento previsto de quatrocentos mil euros, naquilo que são as infraestruturas, telecomunicações elétricas e que não estão ainda finalizadas para a Requalificação da Aldeia de Dornes. Mencionou o Pavilhão Municipal, com um investimento previsto de quase três milhões de euros, com um financiamento previsto de dois milhões e duzentos mil euros. A Requalificação da Rua António José Soeiro e Silva, bem como a Sala/Museu Alfredo Keil. Referiu o total de investimento previsto de oito milhões, quinhentos mil euros, com um fundo total de seis milhões, quatrocentos mil euros,

dizendo que a diferença nos valores terá de ser alocada via financiamento bancário ou eventualmente majoração daquilo que é o financiamento conseguido, estando a falar de setenta e cinco por cento, alocado ao quadro 2030, em que cabe ao Município quinze por cento, sendo que esperam que em dois mil e vinte e seis seja majorado para cem por cento, daí a vontade de avançar com os projetos de execução, dizendo que a maioria das Câmaras Municipais não terá a capacidade de concretização e quem estiver mais adiantado irá ter ganhos com essa situação. Falou também do Gabinete de Planeamento Estratégico, onde referiu que a Drª. Elisabete Silva é a responsável por esse gabinete, dando conta que venderam mais dois lotes, nomeadamente o lote oito e o lote nove, para um empresário ligado à restauração, esperando que rapidamente avance com as obras. Deu conta que neste momento tem quatro empresas que estão para avançar com investimento muito em breve, estando a falar de dez lotes. Aguardam para averiguar se tudo se concretiza, referindo que os processos de licenciamento estão no Município. Terminou assim a sua apresentação deixando à consideração da Mesa e membros da Assembleia Municipal alguma questão que quisessem colocar. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, agradeceu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Bêco, o facto de poderem estarem reunidos na Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Alqueidão de Santo Amaro, onde frisou mais uma vez o papel dos Presidentes de Junta de Freguesia, onde muito dos sucessos e objetivos por que se possam lutar junto das populações passa essencialmente pelos Presidentes de Junta e pelos seus executivos, pelas Assembleias de Freguesia, sendo um papel que muitas vezes se esquecem de referir, e que fica bem reconhecer, como um papel de muita

importância e de proximidade com os cidadãos. Abriu assim o tempo para eventuais intervenções dos Senhores Deputados. ----------

O Senhor Deputado Municipal, José Pedro Joaquim, Presidente da Junta de Freguesia de Águas Belas, no uso da palavra, e abordando o assunto da EN 238, que o Senhor Presidente da Câmara já previamente tinha comentado, e que ficou esclarecido nesse sentido. Quis dar os parabéns ao Município, dizendo que no passado onze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, foi publicado em Diário da República o novo PDM, referindo que há vinte e cinco anos se esperava por aquele momento, agradecendo o esforço tido nos últimos três anos para que o mesmo se tivesse concretizado. Deu conta que é muito importante para a Freguesia de Águas Belas e para o Concelho de Ferreira do Zêzere, mencionando o alargamento de mais áreas de construção, tanto a nível habitacional como industrial, o que permite a fixação de mais pessoas na freguesia, criando assim mais postos de trabalho. Disse que a nível industrial foi possível ainda a submissão de candidaturas a fundos no decorrer do mês de dezembro, havendo assim a hipótese de algumas empresas se candidatarem a fundos comunitários, terminando a sua intervenção. ----------

O Senhor Deputado Municipal, António Marques de Oliveira, Presidente da União das Freguesias de Areias e Pias, no uso da palavra, e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, quis saber o ponto em que encontram várias situações. Assim começou pela empresa Biocompost, o Albergue em Areias, Posto Médico em Areias, pavimentação na Rua Nova de São João em Avecasta, e a Reabilitação da Escola de Pias. Esta última, sendo que o Senhor Presidente da Câmara já se pronunciou anteriormente, ficou devidamente esclarecido. Desejou Boas Festas aos presentes e respetivos familiares, terminando assim a sua intervenção. ----------

O Senhor Deputado Municipal, João Miguel Sá Silva, no uso da palavra, disse ter alguns esclarecimentos, mas que parte deles já esclarecidos pelo Senhor Presidente da Câmara, mas continuou fazendo referência à Escola Pedro Ferreiro, e que estando devolvidos cinco meses após a consignação, da empreitada da nova Escola Pedro Ferreiro, pretendia um ponto de situação, relativo ao desenrolar da obra, em termos da sua calendarização, bem como se existe algum constrangimento que tenha havido nesse mesmo período. Disse ficar agradado pelo convite do Senhor Presidente da Câmara, que endereçou para visitar a obra. Falou sobre a Loja do Cidadão, dizendo que tendo havido alguns constrangimentos na candidatura à Loja do Cidadão, e tendo noção da importância da Loja para todos os ferreirenses, questionou o Senhor Presidente da Câmara, se se mantém a vontade e a resiliência, no sentido de manter as diligências necessárias para tentar perceber se se consegue ou não ter de facto como realidade uma Loja do Cidadão. Desejou Boas Festas aos presentes, terminando assim a sua intervenção. ----------

O Senhor Deputado Municipal, António Manuel Henriques de Jesus, no uso da palavra, e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, disse que no passado dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no decorrer da reunião do Conselho Municipal da Proteção Civil, o Senhor Presidente da Câmara, mencionou que havia uma vaga hipótese para a criação de um polo ou Centro de Formação dedicado à Proteção Civil, junto da Pista das Valadas. Referiu que tendo aquela área abrangente condições, para Técnicos, Proteção Civil, Bombeiros, Sapadores Florestais, unidade Especial da GNR, Força Especial de Bombeiros, disse que o projeto em si teria uma mais valia para o Concelho e até em termos Regionais. Entende que a formação deve ir ao encontro dos formandos, dizendo que a

localização geográfica do Concelho de Ferreira do Zêzere, teria um forte impacto no Centro do País, com a criação do citado Centro. Gostaria assim que o Senhor Presidente da Câmara informasse do desenvolvimento dessa situação, bem como o que pode esperar desse projeto, referindo também que não foi mencionada na respetiva apresentação que o Senhor Presidente efetuou anteriormente. Desejou Boas Festas aos presentes, terminando assim a sua intervenção. ----------

A Senhora Deputada Municipal, Mónica Antunes, no uso da palavra, referiu que à semelhança do que já tinha sido dito pelo colega Deputado Municipal João Silva, tinha três questões para colocar, mas que duas delas já foram abordadas na apresentação do Senhor Presidente da Câmara, dizendo que é de bom agrado que em relação ao projeto da Praia Fluvial da Bairrada/Bairradinha, a situação está a avançar e que haverá concurso, esperando que na próxima época balnear já possa ser uma realidade, que será uma mais-valia para o povo daquela localidade e para os Munícipes de Ferreira do Zêzere. Mencionou o Espaço Coworking, sabendo que é uma das apostas do atual executivo, e que já foi referido na apresentação, mas pretendia mais alguns desenvolvimentos acerca do assunto. Questionou no final da sua intervenção a Requalificação da Estrada Municipal 1108, que segundo o Senhor Presidente, já estaria em conversações com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tomar, que tinham dito que inclusivamente as obras poderiam estar para começar no final do ano em curso, mas que estando já no final tal já não seria, mas pretendia saber se existia alguma perspetiva nesse sentido. Desejou Boas Festas aos presentes, terminando assim a sua intervenção. ----------

O Senhor Deputado Municipal, Nuno Ramalho, no uso da palavra, começou por dizer que tinha duas questões para colocar, a primeira sobre um projeto que lhe

pareceu bastante interessante, em termos de mobilidade, e de saúde pública, mencionado a possível Ciclovia a ligar os Concelhos de Ferreira do Zêzere e Tomar, pretendendo um pouco de mais informação por parte do Senhor Presidente. A outra questão já levantada pelo Senhor Deputado Municipal e Presidente da União das Freguesias de Areias e Pias, António Oliveira, sobre o assunto da Biocompost, nomeadamente sobre a futura realização das instalações, bem como a mobilização da atual unidade para outra localização. Desejou Boas Festas aos presentes, terminando assim a sua intervenção. ----------

O Senhor Deputado Municipal, Carlos Salgado no uso da palavra, e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, falou sobre um relatório que recebeu e que veio no Jornal, O Mirante, sobre o PRR do Distrito de Santarém. Disse que Ferreira do Zêzere, está numa situação muito agradável. Referiu que se pensava que outros Concelhos iriam buscar muito dinheiro ao PRR, mas na realidade não foram. Disse que Ferreira do Zêzere está à frente de Almeirim, Alpiarça, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Mação, Salvaterra de Magos, Sardoal e Vila Nova da Barquinha. Referiu que a situação atrás referida demonstra muito trabalho, muita resiliência, agradecendo aos funcionários do Município que colaboraram com todo o processo, ao Senhor Presidente da Câmara, que segundo dizia, não largava Lisboa, estando os frutos descritos no relatório do Jornal, O Mirante. Está assim pois ali uma escola para a geração atual durante quarenta ou cinquenta anos. No entanto quis pedir esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara, sobre uma dúvida. Existem de facto muitos projetos, e mencionou que Ferreira do Zêzere fez duzentos e trinta e seis projetos, e quase cinco milhões de euros em caixa, não percebendo, pois existem Concelhos que efetuaram mil e poucos projetos, e que no Distrito de

Santarém foram no total dez mil, quatrocentos e sessenta e três projetos, querendo assim uma informação acerca do assunto. Passando para outro assunto, falou sobre o uso das Piscinas Municipais, que lhe questionaram, ao dizer que as Piscinas de Ferreira do Zêzere são gratuitas, não sabendo se é para os residentes do Concelho ou se é para toda a gente. Disse que segundo lhe consta, vem muita gente dos Concelhos limítrofes, nomeadamente de Tomar, pois em Tomar tem de se pagar. Não tem a certeza de que é assim como está a dizer, mas se essa situação tem um custo zero para toda a gente, referiu não concordar com essa situação. Concorda sim, mas para os residentes do Concelho e não para toda a gente. Não sabe que tipo de regulamento existe, deixando assim esse alerta, pois algum dia são invadidos pelos Concelhos limítrofes, o que é bom para um lado, se deixarem uma quota parte do respetivo uso. Alertou também para o facto de alguns pais, levarem os seus filhos para as Piscinas de Tomar, devido às águas, serem mais quentes do que em Ferreira do Zêzere. Diz-se agradado por amigos seus dizerem coisas bonitas de Ferreira do Zêzere, dizendo que é uma Vila limpa, e as próprias rotundas estão bonitas, dizendo que é um sinal de trabalho dos técnicos do Município, dos Chefes de Divisão, deixando assim uma palavra de agradecimento, porque estão todos a trabalhar para que Ferreira do Zêzere esteja mais limpa, mais agradável, para que as pessoas possam e queiram vir para Ferreira do Zêzere, pois Ferreira do Zêzere está em desenvolvimento, por haver muitas obras futuras, querendo assim essas pessoas verificar a gastronomia, o rio, as próprias visitas. Desejou Boas Festas aos presentes, terminando assim a sua intervenção. ----------

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, deu os esclarecimentos solicitados, começando pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Águas

Belas, ao dizer que a obra é para começar, dizendo que houve sempre alguma proximidade com a ADVT, agradecendo assim também a sensibilidade do Presidente daquela entidade, o Senhor Engenheiro Carlos Martins, querendo muito que a obra corra bem, e que seja uma boa empresa que tenha vencido o concurso, para que a obra crie o mínimo condicionamento possível. Relativo ao PDM, referiu que a Junta de Freguesia de Águas Belas tem a virtude e mais valia de ter as maiores empresas na sede, estando ainda por decidir se irá solicitar algum apoio às Juntas de Freguesias de algum apoio financeiro, pois estão tão bem que poderiam ajudar a Câmara Municipal, mas que fora de brincadeiras, dar conta de que ficou contente pois houve um conjunto de empresas que puderam ainda em dois mil e vinte e quatro avançar com candidaturas a fundos comunitários, o que é premente. Deu conta de que há dias falava com um administrador de uma empresa onde dizia que o grande desafio que vão ter é conseguirem postos de trabalho, terem recursos humanos para preenchimentos dos respetivos postos, pois as empresas neste momento têm essa dificuldade, e muito receio de avançar com investimentos e depois não terem recursos humanos suficientes e disponíveis para se conseguir concretizar o negócio. Disse que irão aguardar para que o Governo cumpra com a sua responsabilidade, que se crie entre todos melhores condições, referindo que o Município irá avançar com os quarenta e sete fogos com rendas a custos controlados, o que irá aumentar a oferta de habitação, equilibrar um pouco os valores de arrendamento e fixar mais pessoas, ficando assim muito contente por terem ajudado também o auxílio económico com a aprovação, agradecendo assim pelo reconhecimento. Respondendo ao Senhor Presidente da União das Freguesias de Areias e Pias, e relativo à Biocompost, disse que a informação que o

departamento de obras tem dado conta é a de que continua a haver conversações naquilo que é o licenciamento da nova unidade. Referiu que a última conversa que teve com o interlocutor da empresa da Capwatt, Lda, é a de que estão a continuar com a preparação do licenciamento e tudo o que é necessário para o mesmo, sendo algo que está concretizado a nível de decisão, onde irão ter naquele espaço uma unidade nova de produção de biogás, com tudo o que essa situação tem de importante nomeadamente na questão das lagoas. Relativo ao Albergue dos Peregrinos, deu conta de que a hasta pública acontecerá a dia seis de janeiro de dois mil e vinte e cinco, dizendo que tem tido alguma procura e pedidos de esclarecimentos relativo à sua utilização, dizendo que é de aguardar que apareçam concorrentes e que alguém vença a hasta pública e que se comece a trabalhar devidamente e a utilizar aquele equipamento turístico que tanta necessidade tem trazido aos turistas. Falando no Posto Médico de Areias, disse que continuam a haver uma ligação e uma comunicação muito grande entre a ULS, a IPSS e Câmara Municipal, referindo que as obras estão praticamente concluídas, sendo que o objetivo era conseguir ainda em janeiro de dois mil e vinte e cinco, abrir a extensão de saúde, estando tudo a ser tratado nesse sentido, mas que a Câmara Municipal, continua com uma dúvida que se prende com aquilo que vai ser o valor pago pela renda daquele espaço. Tem havido alguma dificuldade em comunicar com a antiga ARS, agora ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde, IP, em que Câmara Municipal, a ULS, a CIMT têm tido dificuldade, dizendo que quando a situação está naquele patamar, os serviços centrais do estado, não estão a cumprir com aquilo que são as suas responsabilidades. Sabe que o país enfrenta alguns desafios, uns prementes, outros que pretendem que sejam prementes, dando conta

que não aceita de bom grado quando tem aquelas dificuldades de comunicação em valências tão importantes. Referiu que a Extensão de Saúde terá sempre de abrir antes de iniciarem a obra do Centro de Saúde de Ferreira do Zêzere, dizendo que no atual momento para se avançar com o protocolo de arrendamento, precisam muito de ter a renda definida pela ACSS, dando conta de que não quer abrir a extensão para que a ACSS, vir depois dizer que não paga a renda, não querendo de todo que a IPSS tenha prejuízo com decisões não atempadas. Relativo ao pavimento de Avecasta, informou que falta só assinar contrato com a empresa, e sabendo que é uma altura de férias, irá para a semana seguinte pressionar a empresa que venceu o concurso, para assinar o Auto de Consignação para se avançar com a obra. Deu conta que na próxima Assembleia Municipal virá um pedido de empréstimo de um milhão de euros para pavimentação em dois mil e vinte e cinco, que precisará do visto do Tribunal de Contas, dizendo que já foi negociado com as Juntas de Freguesia, as estradas que irão ser sujeitas a pavimentação e outras decisões do Município. Referiu que a revisão de projeto está a ser finalizado, precisando ainda de resolver a situação do terreno para o parque, que está a ser resolvida pela divisão respetiva e que brevemente será contatada a Junta de Freguesia, pelo que fecharão esse dossier, para avançar com o projeto, dando conta de que o dinheiro já está referenciado na CIMT. Disse que no quadro vinte trinta, não irão ter problemas com o financiamento e avançar com a obra rapidamente. Esclarecimento ao Senhor Deputado Municipal, João Silva, referente à Escola Pedro Ferreiro, deu o ponto de situação razoável ao momento, dizendo que existem ligeiros atrasos naquilo que é a obra. A empresa dá conta de que são possíveis de melhoramento, mas não preocupantes. Referiu que a relação que tem tido para com a empresa mostra a

serenidade e que irão ou já foram colocados contentores a fazer de balneários para várias turmas de desporto, sendo uma lacuna que existia, pelo que fizeram uma adenda ao contrato, para que o problema que tinha sido referenciado pelo agrupamento, dizendo que até ao momento a gestão de obra tem sido correta, e que os serviços têm dado conta dessa situação e que vão sempre avaliando dia a dia. Disse que até ao momento a obra tinha pouco de visibilidade, pois só era movimentação de terras, mas que agora já tem alguma infraestrutura a ser concretizada e que é possível visualizar a dimensão da mesma. Referente à Loja do Cidadão, disse que fizeram uma candidatura *in extremis,* para ver se conseguiriam alocar a antiga tesouraria à Loja do Cidadão, com todos os riscos que envolvia, no sentido em que era um espaço suficiente mas que não tinha a altura adequada, conforme o aviso mencionava, mas que de qualquer modo se avançou para essa candidatura, querendo sempre depois em sede de audiência justificar a razão pela qual se avançou e apresentar soluções técnicas para contrariar a questão da altura que não era suficiente segundo a AMA – Agência para a Modernização Administrativa. Na opinião do Senhor Presidente essa situação não foi o motivo maior, dizendo que o chumbo da candidatura decorreu de que as entidades não estão disponíveis para assegurar o serviço durante o tempo, na baliza temporal que a AMA entende ser necessário para a Loja do Cidadão. Deu conta que essa situação irá obrigar a ter um conjunto de reuniões com as diversas entidades e dar conta de que em último caso o Município assumirá as contrapartidas financeiras para que os serviços possam estar a todo o tempo e durante o horário da Loja do Cidadão. Insistiram com a AMA para ter uma reunião no final do mês, devido a terem um novo espaço referenciado, não adquirido, mas que julgam ser um bom espaço, não

podendo dizer ainda pois não tinha ainda a confirmação daquilo que é a venda e o valor solicitado, e clarificar com a AMA que estão na disposição de avançar com esse investimento com ajuda financeira da AMA, pelo que irão aguardar notícias. Esclarecendo a Senhora Deputada Mónica Antunes, relativo ao espaço de *coworking*, referiu que tudo indica que irá ser aberta em janeiro, dizendo que a Câmara Municipal entende mobilar com mais qualidade, referindo que faltam as letras no exterior, bem como efetuar uma atualização das normas, o que irá ser uma valência importante. Falando na Estrada Municipal 1108, referiu que sabe que a Câmara Municipal de Tomar está com dificuldades em receber o visto do tribunal de contas, por estarem a demorar, mas deu conta de quem será Dono de Obra daquela obra irá ser a Câmara Municipal de Tomar, sendo que a Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere irá pagar a sua parte, não sabendo ainda o montante, até porque o concurso ainda não decorreu, sendo esta a informação que dispõe ao momento. Esclarecendo o Senhor Deputado Municipal Nuno Ramalho, em relação à Ciclovia, disse que irão avançar com um Plano de Mobilidade, sendo um projeto Intermunicipal, irá ter ligação a Tomar, e que irá ser Ferreira do Zêzere, Casais, Pardielas, onde irá ser um projeto que vai ser concretizado pela CIMT. Irão avançar com o projeto de execução, estando a aguardar mais novidades, dando conta que é algo que está decidido e concertado com a Câmara Municipal de Tomar. Disse ainda que a CIMT quer muito continuar este projeto de mobilidade, dando continuidade ao projeto das bicicletas partilhadas e ter uma ligação entre os onze municípios, considerando essa ligação relevante. Relativo à Biocompost, espera trazer em fevereiro na sessão seguinte, notícias mais concretas. Respondendo ao Senhor Deputado Municipal Carlos Salgado, começou por referir que já passaram três anos,

e que vão acusar o Senhor Presidente da Câmara e o Executivo de fazerem obras em tempo de eleições, dizendo que não as conseguiram fazer antes devido a não o conseguirem mesmo. Disse que anda sereno e tranquilo, pois considera que estão a fazer um trabalho meritório, referenciados até por alguns órgãos de comunicação social, e por algumas entidades. Uma delas a entidade CCDR na sua visita à obra da Escola onde foram referenciados como uma Câmara Municipal modelo, e com um conjunto de procedimentos muito bem feitos, tramitados, naquilo que são as exigências do PRR. Deu conta que para aquilo que é a dimensão do Concelho de Ferreira do Zêzere, em relação ao restante país, Ferreira do Zêzere, está muito bem, referindo que muitas vezes entendem que o Senhor Presidente da Câmara é muito otimista e demasiado ambicioso, mas deu conta que acima de tudo pretende que o Concelho possa ter investimento em áreas relevantes, achando que é isso que está a acontecer. Já mencionou anteriormente um conjunto de investimentos que considera muito importantes e que neste momento é concretizar a obra, no meio dos desafios que enfrentamos e que são muitos, mencionando nomeadamente a dificuldade em conseguir empresas, os procedimentos que são morosos com as diversas entidades, e com a dimensão da Câmara Municipal, sendo pequena, faz-se todos os dias um esforço muito grande para se conseguir chegar a todo o lado. Referiu que continuam a pagar a zero dias, e a segunda melhor Câmara Municipal de índice de endividamento, e com sete milhões de euros na conta, sendo que isso irá deixar de acontecer, mas estão muito bem. Relativo ao uso das piscinas disse ser de facto um problema, sendo que a perspetiva para a requalificação para de um milhão de euros, onde irão ter de fazer em várias fases. Referiu que neste momento tem um conjunto de máquinas que mais dia, menos dia, irão deixar de funcionar. Disse que tem

realmente uma utilização muito grande, e que felizmente o Município ao longo dos anos tem procurado promover muito a natação, dizendo que tem natação desde o pré-escolar, o que não é hábito nos Municípios, disse ter dois clubes que tem uma utilização muito grande da piscina o que cria alguns condicionamentos para a utilização pública normal. Tem alguns pedidos dos clubes para utilização de mais pistas, sendo certo que a piscina tem um tanque de aprendizagem, dizendo que pretendem muito e por algum tempo eventualmente pensar numa requalificação e aumento do seu tamanho, estando a falar de obras de muito valor. Deu conta que referenciaram o valor nas ITI – Investimentos Territoriais Integrados, onde vão avançar com o projeto de execução, no primeiro semestre do ano dois mil e vinte e cinco. Relativo à utilização ser gratuita, o Senhor Presidente da Câmara relembrou que até poderão cobrar, mas, no entanto, a cobrança, ou as respetivas necessidades que essa cobrança exige, fazem com que para o Município não seja um negócio rentável, esclarecendo que as receitas que receberão não chegam para pagar ao funcionário que lá irá está. Disse que já foi algo que o antigo executivo o disse em Assembleia Municipal, onde o Senhor Presidente corrobora essa explicação. Disse que estão a fazer uma gestão equilibrada, sendo que o que preocupa é a questão da maquinaria, da eficiência energética, dizendo que necessitam de facto investimento rápido. Falando na limpeza do Concelho, quis agradecer aos serviços, ao executivo, bem como às Juntas de Freguesia. Na sua opinião, foi o melhor ano naquilo que foi a gestão das valetas, do corte de ervas, da limpeza do Concelho, daquilo que é a Vila, daquilo que é os Centros das Juntas de Freguesia, fruto também da maturação do trabalho desenvolvido, bem como da delegação de competências que correu muito bem. Ainda não está satisfeito, querendo ainda mais e melhor, dando conta que irão

ter mais investimento nas rotundas com alguma referenciação. Disse que irão ter a colocação de um ou dois murais, que entende ser necessário em algumas zonas, referindo que fica contente quando visitam Ferreira do Zêzere e dizem que o Concelho está limpo. Agradeceu mais uma vez a todos os que contribuíram para ter um Concelho mais limpo. Esclarecendo o Senhor Deputado António de Jesus, e em relação ao projeto do Centro de Formação da Proteção Civil, disse que o Município tem quinhentos mil euros, da verba que foi alocada por todos os Municípios para investimento na área da Proteção Civil, relembrando que durante o ano de dois mil e vinte e cinco, os bombeiros irão ter um veículo e um barco, acreditando que barco chegue no primeiro semestre, para o combate a incêndios, socorro, que será único no país, e que irão ter um veículo também com algumas valências. Deu conta que o Centro de Formação foi decidido por unanimidade por todos os Municípios, e com formação a vários níveis, nomeadamente para a questão do Aeródromo, para condução perigosa, para bombeiros, para uma ligação forte com o Instituto Politécnico e os diversos cursos superiores. Disse que neste momento aguardam o parecer da ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, do ante-projeto para que depois se avance com o projeto de execução, mencionando que ficou já cabimentado e orçamentado no próximo Orçamento da Câmara que irão discutir, que na sua opinião é uma valência muito importante, achando que foi um ganho que o Concelho teve, o que traz uma responsabilidade acrescida, devido a ser um investimento partilhado por todos os municípios e que vão ter um desafio grande que é perceber em quantas fases irão avançar com o investimento e concretizá-lo. Disse ter que encontrar mais formas de financiamento, sendo um projeto que poderá chegar aos dois milhões de euros e necessitam que as outras entidades envolvidas

garantam o financiamento. Deu conta que é um caminho que tem vindo a fazer com o executivo e com o Coordenador da Proteção Civil, que tem trazido ganhos até ao momento, onde veio os quinhentos mil euros e a responsabilidade acrescida que deriva da qualidade enquanto Proteção Civil neste Concelho. Terminou assim os esclarecimentos aos Senhores Deputados Municipais. ----------

PERIODO DA ORDEM DO DIA ----------

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do município, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. ----------

Não houve intervenções. ----------

Documento apreciado. ----------

2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente aos estudos de sinalização/toponímia abaixo mencionados, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação: ----------

a) Colocação de sinal de trânsito, na Estrada de São Tomé, no lugar de Serra do Balas, sito na União das Freguesias de Areias e Pias; ----------

Não houve intervenções. ----------

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito, na Estrada de São Tomé, no lugar de Serra do Balas, sito na União das Freguesias de Areias e Pias. ----------

b) Colocação de sinal de trânsito, na Rua da Abrunheira, no lugar de Avecasta, sito na União das Freguesias de Areias e Pias; ----------

Não houve intervenções. ----------

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito, na Rua da Abrunheira, no lugar de Avecasta, sito na União das Freguesias de Areias e Pias. ----------

c) Colocação de sinal de trânsito, no lugar de Venda dos Tremoços, sito na União das Freguesias de Areias e Pias; ----------

Não houve intervenções. ----------

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito, no lugar de Venda dos Tremoços, sito na União das Freguesias de Areias e Pias. ----------

d) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Pedro Ferreiro, Rua 5 de Outubro, Rua Ivone Silva, Rua Dr. Guilherme Félix de Faria Soeiro, Rua Luís de Camões e Rua Vasco da Gama, no lugar de Ferreira do Zêzere, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; ----------

Não houve intervenções. ----------

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o

estudo da sinalização de trânsito, na Rua Pedro Ferreiro, Rua 5 de Outubro, Rua Ivone Silva, Rua Dr. Guilherme Félix de Faria Soeiro, Rua Luís de Camões e Rua Vasco da Gama, no lugar de Ferreira do Zêzere, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere. ----------

e) Colocação de sinal de trânsito, na Estrada da Castelaria, no lugar de Castelaria, sito na freguesia de Igreja Nova do Sobral; ----------

Não houve intervenções. ----------

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito, na Estrada da Castelaria, no lugar de Castelaria, sito na freguesia de Igreja Nova do Sobral. ----------

f) Colocação de sinal de trânsito, na Rua da Barca, no lugar de Dornes, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto; ----------

Não houve intervenções. ----------

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito, na Rua da Barca, no lugar de Dornes, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto. ----------

g) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Celestina Pais de Almeida, no lugar de Casal do Carril, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto; ----------

Não houve intervenções. ----------

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito, na Rua Celestina Pais de Almeida, no lugar de Casal do Carril, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto. ----------

h) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Rainha Santa Isabel, no lugar de Dornes, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto; ----------

Não houve intervenções. ----------

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito, na Rua Rainha Santa Isabel, no lugar de Dornes, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto. ----------

3. Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2025, conforme alínea a) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. ----------

O Senhor Deputado Municipal, Jorge Castro, no uso da palavra, começou por dizer que o orçamento para o ano de dois mil e vinte e cinco tem um aumento de dez milhões em relação ao ano anterior, sendo esse absorvido pela obra da Escola Pedro Ferreiro e pela parte toda da construção social, já apresentado previamente pelo Senhor Presidente da Câmara. Existem duas ou três situações que acha que não deve deixar de mencionar, começando por referir que estão previstos menos meio milhão de euros na parte do ordenamento do território, e que segundo percebeu será para vias municipais, pretendendo esse esclarecimento. Referiu que o turismo tem um

aumento de quarenta e quatro mil euros, e que verificando para o ano anterior, teve uma baixa de noventa e um, diz que ainda estão a perder cerca de cinquenta e cinco mil euros, em relação há dois anos. Falando nas freguesias, referiu que têm um valor praticamente igual a dois mil e vinte e quatro, mencionando o valor de trezentos e vinte e um mil euros que é praticamente o valor da delegação de competências, mencionando que todas elas têm menos um dia de trabalho, o que para as dificuldades que as juntas se deparam acha que é bastante. Continuou dizendo que é pena que o documento produzido pelos Vereadores da oposição, não tenha podido ser discutido, conforme o Estatuto da oposição prevê, dizendo que talvez tivesse podido ter saído um orçamento bastante mais equilibrado em algumas situações, referindo que a democracia é tão apregoada e que depois nas pequenas coisas vê-se que realmente não existe como deveria existir, terminando assim a sua intervenção. - O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, e esclarecendo o Senhor Deputado Jorge Castro, começou por dizer que por mais que queiram é muito difícil aumentar receita, se não for via de aproveitamento de fundos comunitários. Disse que se fossem uma Câmara como Lisboa, Cascais e tivessem orçamento de quatrocentos milhões e trezentos milhões no banco, como algumas têm, seria muito mais fácil. Disse que foi o orçamento possível e que irá ser majorado pela transição de saldo, que ainda não têm a certeza, mas deve rondar os dois milhões, seiscentos mil euros, e que com isso majorar algumas valências, alguns cabimentos. Deu conta de que irá chegar à Assembleia Municipal em dois mil e vinte e cinco alguns pedidos de empréstimo para obras. Relativo à questão das juntas de freguesia, disse que efetivamente está lá o valor da delegação de competências e daquilo que tem falado com as Juntas de Freguesia têm trazido ganhos, não só para a competência

delegada, mas também tem dado para alocar a outras situações o que para o Senhor Presidente é benéfico, dizendo que irão ter um milhão de euros em pavimentação, referindo que não mencionado no orçamento de forma clara, evidenciando que até à data presente nunca disse não a uma Junta de Freguesia, naquilo que são os pedidos de apoio de vários investimentos. Disse que reuniu com as Juntas de Freguesia há uns meses, e sabe de todas elas os investimentos prioritários, dizendo que um orçamento tem um deve e um haver e que se colocasse tudo na parte do deve, não conseguia que ele fosse equilibrado no haver, pelo que não deu para colocar tudo o que pretendia. Disse ser uma dificuldade acrescida que a realização do orçamento tem, e que não domina como o Vice-Presidente a parte financeira, mas dá conta das suas prioridades. Referiu que o Senhor Vice-Presidente dá conta daquilo que são as condicionantes na realização de um orçamento, onde o Senhor Presidente da Câmara está cada vez mais por dentro, mas que na parte regulamentar não poderão alterar. Relativo aos dias de trabalho, acha que as Juntas de Freguesia não têm nada a dizer, referindo que a Câmara tem dado um apoio que considera muito prestável, e no dia-a-dia, o tal dia é acima de tudo para alguns acertos, sendo o mês de agosto, e que é refletido, achando que tem tido uma parceria que considera muito meritória. Deu conta que irão avançar inclusive com jornada contínua para com os trabalhadores do parque, e que com isso criar melhorias, naquilo que é a capacidade de trabalho, acreditando que essa situação irá ter reflexo também nos trabalhos das Juntas de Freguesia. Falando na questão do direito da oposição, disse que enviaram o orçamento em devido tempo para a oposição, pelo que não percebe a intervenção. Disse que poderiam ter discutido o orçamento numa reunião, dizendo que acredita que soubesse aquilo que foram os dias de concretização do orçamento, perceberia

melhor. Sabe bem que se tenta passar sempre a mensagem de que o Senhor Presidente não é diplomata, conciliador, dizendo que existem timing's para tudo, e que não consegue despender de mais tempo para aquilo que é o trabalho no Município, e está na Câmara para receber os input's que considera relevantes, mas referiu que está lá para fazer aquilo que entende ser o melhor para o Concelho e o direito que os munícipes lhe deram em setembro de dois mil e vinte e um. Deu conta de que o orçamento é de facto um orçamento muito ambicioso, sendo o possível, dizendo que irão ter grandes desafios, naquilo que é a gestão financeira no ano seguinte. E deixou muito claro que se pensarem naquilo que são só as revisões de preços, trabalhos a mais, erros e omissões, e obras de grande dimensão é o suficiente para deixar numa situação difícil na gestão de tesouraria, na gestão financeira diária, onde irão todos que ter a capacidade de conseguir gerir a situação da melhor forma. Como tinha dito anteriormente, efetuam os pagamentos a zero dias e no final do ano de dois mil e vinte e cinco, não sabe se o conseguirá, mas que fará de tudo para que tal aconteça, achando difícil, mas irão tentar estar na linha da frente para que os investimentos tenham uma majoração a cem por cento e que consigam avançar com as obras e ter cada vez mais financiamento. Deu conta de que numa das sessões próximas de Assembleia Municipal, dará conta do que são os fundos comunitários já recebidos nas contas do Município, achando que é relevante, e que de algum modo explica um pouco a estabilidade financeira do Município de Ferreira do Zêzere, terminando assim a sua intervenção dando os seus esclarecimentos. ----------

O Senhor Vice-Presidente, Orlando Patrício, no uso da palavra, realçou as palavras do Senhor Presidente, onde referiu que é conhecedor do orçamento muito bem, onde diz que é o grande impulsionador do respetivo orçamento. Referiu que foi um

orçamento difícil, sendo o maior dos últimos anos, existindo no orçamento uma necessidade absoluta e que se sentiu na elaboração do mesmo. Mencionou que como todos os anos acontece a transição de saldos irá reforçar algumas lacunas que ficam por preencher, devido a não haver disponibilidade. Diz que não irá ser um ano fácil, explicando que são cada vez mais as solicitações de necessidades e o orçamento que tem em termos de despesas correntes ou a gestão corrente do Município, o mesmo não cresce. Disse que não tem crescido o FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro, não tem crescido as transferências, mas tem crescido alguns impostos, com valores quase residuais, bem como o IMI, o IRS, que tem algum acréscimo, mas que face às despesas que são necessárias, será evidente que não será um orçamento fácil. Disse que conseguem efetuar os pagamentos a zero dias, devido a ter sido feito sempre um esforço e que se mantêm, dizendo que os responsáveis pelos serviços financeiros tem feito esse esforço para que isso aconteça, por existir alguma almofada de tesouraria que permite fazer essa situação. Disse que é evidente quando arrancarem as grandes obras em pleno e elas estiverem executadas, haverá necessariamente, ou por consequência, alguma redução de tesouraria que poderá vir a criar alguns desequilíbrios, e no seguimento do que o Senhor Presidente da Câmara disse anteriormente, para o Senhor Vice-Presidente, e pedindo desculpa pelo que irá dizer, pagar a zero dias ou a cinco, seis, dez dias, pode ser uma bandeira bonita, mas que para efeitos de economia, que é isso que interessa, é que a Câmara pague a tempo e horas, o que na sua opinião são pontos de vista. Deu conta que a Câmara tem um acréscimo significativo de despesa com o pessoal, onde têm dito muita vez que a Câmara tem aumentado o número de quadro de pessoal, mas que até têm sido situações para pessoas que se vão embora, dizendo nos últimos três anos tiveram o

maior aumento salarial de reposição que aconteceu, mencionando que tudo isso não tem qualquer contrapartida para o Município em termos de receita e que são custos acrescidos todos os anos sendo isso relevante, sendo que isso acarta uma gestão cuidadosa. Falando na revisão orçamental, disse que virá trazer alguns incrementos relativamente a algumas lacunas, ou necessidades financeiras que o Município tem. Terminou dizendo que é um desafio bom, pois irá trazer muitos benefícios com a execução do orçamento. ----------

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por maioria e em minuta, com quinze votos a favor do Partido Socialista, zero votos contra, e sete abstenções do PPD/PSD-CDS.PP, conforme alínea a) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2025. ----------

Antes de avançar para o ponto seguinte o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pediu três minutos aos Senhores Deputados Municipais, para refletir com eles aquilo que publicamente já disse mais do que uma vez e que volta a dizer. Referiu que muito daquilo que se passa em relação ao célebre Estatuto do Direito de Oposição e à necessidade da oposição e áquilo que é a oposição, depreende-se e vem de uma lei coxa, manca e autista que não funciona que é a lei 75/2013 de 12 de setembro. Explicando que a lei transfere para os executivos municipais oposições e não para a Assembleia Municipal, onde elas deviam de existir. Referiu que na Assembleia Municipal é que se devia fazer oposição, é que se devia discutir os orçamentos, é que se devia trazer propostas de mudança de orçamentos, como se rege a Assembleia da República. Era na Assembleia Municipal que se deveria fazer isso e não nos executivos municipais, explicando que as Assembleias Municipais

são os eunucos do poder local. Disse que os membros da Assembleia Municipal vêm às sessões dar a sua contribuição em relação a assuntos para os quais não foram ouvidos previamente ou para os quais não os discutem previamente, dizendo que não havia necessidade de haver o Estatuto de Direito da Oposição, se a Oposição não fosse feita dentro dos executivos, mas sim nas Assembleias Municipais, onde cada Deputado Municipal votaria de acordo com a sua consciência e que traria as propostas para melhorar, alterar, na especialidade, os diversos documentos que achasse que deveria alterar e votar na generalidade e na especialidade, tornando assim as Assembleias Municipais representativas dignas daquilo que deveriam ser e que não o são. Acrescentou ainda que é defensor que os mandatos deviam ser de seis anos renováveis por outro período de seis anos, explicando que não se deveria coincidir nos cadernos eleitorais, com o que são os cadernos e as jornadas eleitorais, daquilo que é o país. Estar desfasados para que se obrigasse o governo a dialogar com todas as Câmara Municipais, independentemente da cor que tivessem. Referiu que enquanto esta situação não mudar o poder local não vai avançar, segundo a sua opinião, terminando assim a sua reflexão. ----------

4. Apreciação e votação do Mapa de Pessoal e respetiva caraterização dos postos de trabalho e competências para o ano de 2025, conforme alínea o) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. ------

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, quis apenas referenciar aquilo que o Senhor Vice-Presidente disse anteriormente, mas também dar conta de que o executivo foi obrigado e em contra-relógio a salvaguardar aquilo que são as necessidades para o ano de dois mil e vinte e cinco. Disse que ainda não recebeu de forma oficial a imposição, mas informou de que o orçamento de dois mil e vinte e

cinco do governo implica que para se contratar um trabalhador, essa situação só pode acontecer se sair outro trabalhador, dizendo que a Câmara quis salvaguardar essas necessidades, dizendo que já avançaram com o procedimento para a contratação de alguns funcionários. Disse que o ponto em apreço é um pouco essa imposição, dizendo que continuam com esse conjunto de responsabilidades que obrigam a ter mais funcionários, referindo que saíram alguns por mobilidade e outros que se reformam. Disse que alguns até com vencimento que é relativamente alto, o que permite à Câmara Municipal em alguns casos contratar mais do que uma pessoa. Deu conta de que foi feito tudo com ponderação e devidamente analisado, e discutidos com os chefes de divisão, dizendo que o Mapa de Pessoal em apreço é o reflexo dessa análise, pretendendo que tivessem essa noção, terminando assim a sua intervenção. ----------

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por maioria e em minuta, com quinze votos a favor do Partido Socialista, zero votos contra, e sete abstenções do PPD/PSD-CDS.PP, conforme alínea o) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o Mapa de Pessoal e respetiva caraterização dos postos de trabalho e competências para o ano de 2025. ----------

5. Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal, para adenda ao Contrato Interadministrativo - Freguesia de Águas Belas, com prorrogação do prazo, em conformidade com o disposto na alínea m) do n° 1 do artigo 33°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, bem como nos termos da alínea k) do n° 1 do artigo 25°, da mesma Lei. ----------

Não houve intervenções. ----------

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por maioria e em minuta, com dezasseis votos a favor, sendo quinze votos do Partido Socialista e um voto do PPD/PSD-CDS.PP, zero votos contra, e seis abstenções do PPD/PSD-CDS.PP, em conformidade com o disposto na alínea m) do n° 1 do artigo 33°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, bem como nos termos da alínea k) do n° 1 do artigo 25°, da mesma Lei, aprovar a adenda ao Contrato Interadministrativo - Freguesia de Águas Belas, com prorrogação do prazo. ----------

6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, para redução em 50% das taxas mensais, para o ano de 2025, para os vendedores que exponham e vendam os produtos por si produzidos na área das suas atividades, tradicional, artesanal ou artística, bem como pela isenção do pagamento de taxas a comerciante do mercado municipal, durante o período em que, pelo imperativo legal, não poder realizar a sua atividade nos meses de abril e maio, nos termos do n° 2, do art° 16 da Lei n° 73/2013. ----------

Não houve intervenções. ----------

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade em minuta, aprovar a redução em 50% das taxas mensais, para o ano de 2025, para os vendedores que exponham e vendam os produtos por si produzidos na área das suas atividades, tradicional, artesanal ou artística, bem como pela isenção do pagamento de taxas a comerciante do mercado municipal, durante o período em que, pelo imperativo legal, não poder realizar a sua atividade nos meses de abril e maio, nos termos do n° 2, do art° 16 da Lei n° 73/2013. ----------

7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal do Regulamento do Programa de Apoio à Esterilização de Cães e Gatos do Município de Ferreira

do Zêzere, conforme o disposto na alínea g) do n° 1, do artigo 25°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. ----------

Não houve intervenções. ----------

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade em minuta, conforme o disposto na alínea g) do n° 1, do artigo 25°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o Regulamento do Programa de Apoio à Esterilização de Cães e Gatos do Município de Ferreira do Zêzere. ----------

8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, para integração na RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança, conforme o disposto na alínea n) do artigo n° 1 do artigo 25°, na sua atual redação. --------

Não houve intervenções. ----------

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade em minuta, conforme o disposto na alínea n) do artigo n° 1 do artigo 25°, na sua atual redação, aprovar a integração na RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança. ----------

9. Informação sobre a Desagregação da Freguesia de Pias. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, começou por cumprimentar uma vez mais todos aqueles que ao longo dos últimos tempos se têm interessado, preocupado e agido no que diz respeito ao processo da desagregação da Freguesia de Pias. Antes de avançar, também gostaria de deixar claro alguns pontos mais gerais sobre aquilo que é a democracia. A democracia é um sistema político de organização política da sociedade e do seu governo que embora não seja perfeito é o melhor sistema que existe. No dizer de Winston Churchill que faz este ano cento e cinquenta anos a comemoração do seu nascimento, a democracia é a pior forma de

governo exceto todas as outras, que têm sido tentadas ao longo dos tempos. Um dos pilares nos quais se baseia a democracia é no primado do direito. As leis, que nenhum cidadão pode alegar desconhecer, são, pois, a sustentação desse primado do direito, em que ninguém está acima da Lei e em que não existem leis feitas à medida do cidadão A, ou B, ou de grupos de cidadãos. Perguntou assim como se aplica então o primado da Lei na Assembleia Municipal, nos direitos e deveres dos Senhores Deputados e também no papel desenvolvido pelo seu Presidente. A este cabe dirigir os trabalhos cumprindo o Regimento, cumprir e fazer cumprir a Lei 75/2013, e em sentido mais lato cumprir e fazer cumprir a Constituição da República. No ponto particular em apreço da Ordem de Trabalhos é imperioso o dever de esclarecer. Disse que na lei Relvas, assim denominada por ser iniciativa do ministro Miguel Relvas durante o governo de Pedro Passos Coelho, governo PSD/CDS, promoveu a agregação de freguesias usando como critério aquelas que tinham menos de quinhentos habitantes (Lei 22/2012). A Lei nº 39/2021 de 24 de junho, veio abrir a possibilidade de uma reorganização territorial através da desagregação de freguesias anteriormente agregadas. Tal processo legal, entraria de acordo com essa lei em vigor em vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e um, e que teria a duração de um ano. No ponto referido importa salientar o seu artigo número vigésimo quinto, no número dois, o chamado processo transitório e simplificado e o seu número um que é o processo motivado por manifesto erro grosseiro com prejuízo grave da população. Referiu que no articulado da lei decorre que o processo não se inicia na Assembleia Municipal, mas termina nela, ou seja, quis dizer que não é da iniciativa dos Deputados Municipais. Disse que assim tiveram os cidadãos a oportunidade de acionarem o artigo vigésimo quinto, no

número dois, durante os doze meses que decorreram de vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e um a vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e dois. Passou então a informar o que se passou no processo: Data de entrada do abaixo assinado dos trezentos e quatro subscritores da União de Freguesias de Areias e Pias a vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e dois, a um mês da data do término previsto; Sessão Extraordinária Pública da Assembleia de Freguesia da UFAP, realizada a dois de dezembro de dois mil e vinte e dois, a vinte dias do final do processo; Data de entrada do ofício da UFAP, nos serviços da Assembleia Municipal, a sete de dezembro de dois mil e vinte e dois, a quinze dias do final do processo. Disse que a Assembleia Municipal já estava marcada para o dia dezassete de dezembro de dois mil e vinte e dois, a quatro dias do final do processo. Nessa Assembleia Municipal quando os subscritores tiveram contato com a AM, nela foi apresentada um parecer jurídico, frisando que foi o único que foi solicitado pela Mesa da Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, à ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais, esclarecendo a situação concreta da desagregação da UFAP. Disse que o seu processo como reconhecido era um processo complexo que implicava não só uma desagregação administrativa, mas também uma desagregação territorial, resultante da agregação anterior e da divisão do território efetuada na aplicação da lei Relvas na situação em apreço concreta. Referiu que o processo não se encontrava concluído, nem poderia ser votado a dezassete de dezembro de dois mil e vinte e dois. E disse que a questão que se coloca naquela situação, e sendo uma questão de bom senso, dizendo mais, de senso comum, questionou o porquê e por que é que não se utilizaram os dez meses de vigência da lei antes de novembro de dois mil e vinte e dois. Continuou dizendo que o processo evoluiu depois com uma possível data de

términus, sugerida pela ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, mas que não se confirmou, mas em que o prazo na altura indicado pela ANAFRE, foi estruturalmente integralmente cumprido. Analisando o resultado final e conforme já tinha informado, considerando a data de vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e dois, e em que foi destacada na última reunião que tiveram, como a do fim do processo, ressaltam que foram avaliados cento e oitenta e oito pedidos e aprovados cento e vinte e três, representando oitenta e seis por cento daqueles que cumpriram o prazo legal e sessenta e cinco, que não o fizeram, representando catorze por cento. O que tinha referido anteriormente do senso comum era que em cada cem pessoas, oitenta e seis interpretaram a lei e interpretaram-na da forma mencionada. No número de sessenta e cinco, encontra-se por exemplo, e do Concelho de Loures, a de Sacavém e Prior Velho, que ficou numa adenda a uma das Assembleias Municipais, que tinham através da Assembleia de Freguesia, pedido um referendo que foi inclusivamente reconhecido pelo tribunal constitucional, mas que apesar dessa situação as desagregações foram chumbadas pela Comissão de apreciação dos processos. E em resumo, referiu que a votação final da proposta da Comissão, será no próximo plenário a realizar no mês de janeiro, em que já tem uma data prevista de dezassete de janeiro. Mencionou que a manter-se a decisão atrás referida, fica em aberto, a possibilidade para a freguesia de Pias, de acionar, através dos seus cidadãos, o artigo vigésimo quinto, número um, como reconhece a Comissão do Poder Local, querendo dizer que a Assembleia Municipal agiu, não pedindo nenhum parecer jurídico a não ser à ANAM, como está descrita na Ata de dezassete de dezembro de dois mil e vinte e dois, onde está tudo referido, e estão as gravações, e que depois dessa altura, não houve nenhum pedido de parecer jurídico, dizendo que

a Assembleia Municipal de dezassete de dezembro, a quatro dias antes do fim, não tinha condições de se poder pronunciar, devido ao processo não se encontrar ainda concluído. Disse que foram atrás de uma nova data sugerida pela ANAFRE, data essa que o Parlamento não confirmou, sendo o atrás referido a súmula correta e de factos da situação. O que relatou são factos que se encontram expressos em Atas e que foram traduzidos pela comunicação social. Sobre o ponto em apreço, é a posição da Mesa da Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, e onde é particularmente a posição do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, dizendo que esteve sempre do lado de uma solução e de fazer cumprir a lei, dentro daquilo que a mesma impunha, terminando assim a sua informação em relação à Desagregação da Freguesia de Pias. ----------

10. Compromissos Plurianuais: ----------

10.1) Apreciação dos compromissos plurianuais (quadro 1), efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 4 de dezembro de 2021, conforme nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. ----------

Não houve intervenções. ----------

Tomaram conhecimento. ----------

11. Para conhecimento dos apoios/auxílios (financeiros e não financeiros) concedidos às freguesias, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugada com o nº 4 da proposta de concessão de apoio às freguesias aprovada pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 27 de junho de 2023. ----------

Não houve intervenções. ----------

Tomaram conhecimento. ----------

INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS ----------

1. Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------

O Senhor Vítor Mendes solicitou o uso da palavra e procedeu à leitura da sua intervenção que segue na íntegra a seguir escrita: "*Muito boa noite Senhor Presidente da Assembleia e muito boa noite a todos os presentes*". Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia, disse que com a sua intervenção que fez no ponto nove da Ordem do Dia, implica que o Senhor Presidente vai ter de levar respostas, mas que será noutra altura pois agora tem outros assuntos a tratar. E assim continuou: "*Exmo., Senhor Presidente da Assembleia. Se as Assembleias são públicas e são transmitidas em direto pela Internet, qual a razão de só se ter acesso ao Site da Câmara Municipal passado uma semana? Por outro lado, registei os seus trinta e cinco minutos no que diz ter sido o esclarecimento sobre a Reposição da Freguesia de Pias. O Senhor pode chamar-lhe o que quiser. Agora esclarecimento, certamente que não o foi. Exmo., Senhor Presidente da Câmara. Pela segunda vez volto a chamá-lo atenção, que as estruturas metálicas MUPIS do PCP, são propriedade do PCP, e não da Câmara Municipal. Por isso colem a vossa propaganda onde quiserem e deixem os MUPIS do PCP em paz. Nestas coisas do direito à propriedade é bom que não se fique pelas meias palavras, não se acanhe, diga lá de sua justiça. Depois, os comunistas é que são uns malandros, uns ortodoxos, os que usurpam o poder, e nem sequer respeitam a propriedade privada. Senhor Presidente da Câmara. Volto a relembrá-lo do Requerimento que lhe dirigi em 02/10/2023 a solicitar cópia da reunião pública da Câmara e que ainda não me*

foi entregue. O Senhor diz que respeita, mas logo a seguir, pimba, desrespeita. Na Assembleia de 20/09/2024, eu fiz treze perguntas, e o Senhor entendeu que parte delas não mereciam qualquer resposta. Seria bom que lesse o artigo trinta e nove, ponto quatro do Regimento da Assembleia, porque o seu conteúdo em nada condiz com a sua posição. Mas as parcas respostas que deu foram tão confusas e imprecisas, que eu venho requerer que clarifique uma delas. O Senhor disse que o terreno do Centro de Saúde de Areias é propriedade privada, e só teremos Centro de Saúde, se o proprietário assim o entender. Então explique lá o seguinte; 1 – Sendo o terreno propriedade privada, quem pagou a construção do Centro de Saúde? 2 – Quais são as condições contratuais existentes entre o proprietário e a ACES ou Câmara Municipal, para que possa funcionar lá o Centro de Saúde de Areias? 3 – Mais, quem vai pagar as obras de recuperação do Centro de Saúde? Agora, só faltam as suas respostas. Termino salientando a dualidade de critérios que esta Assembleia tem tomado sobre assuntos internacionais. No dia sete de setembro de 1973, na quarta conferência dos Países não-alinhados que se realizou em ARGEL, Fidel Castro, no seu discurso disse o seguinte: Os Estados Unidos Imperialistas que acusamos nós de ter armado, apoiado e sustentado o Estado Israelita na sua guerra de agressão voraz contra países árabes e na ocupação cruel de territórios onde os palestinianos têm o direito de viver livremente. Hoje, cinquenta e um anos passados, Fidel Castro já não se encontra entre nós. Mas o seu discurso continua atual! O governo de Israel continua a invadir, a arrasar, a matar, a aplicar a barbárie onde já se contabilizaram mais de quarenta e cinco mil palestinianos assassinados, e cento e cinco mil, feridos, onde a maioria são mulheres e crianças. A Faixa de Gaza tem agora o maior número de crianças

AMPUTADAS do mundo. Informação da ONU. Esta Assembleia aprovou uma Moção apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia Dr. Casanova sobre o conflito existente entre a Ucrânia e a Federação Russa. Essa Moção foi aprovada por unanimidade com um minuto de silêncio pelo PS, PSD e CDS. Perante este genocídio e atrocidades, o que mais me entristece e indigna é ver a dualidade de critérios desta Assembleia tão pronta para responsabilizar uma das partes do conflito da Ucrânia, e esconder os atos criminosos praticados pelo governo Sionista e Nazi de Israel com o apoio dos EUA e da União Europeia contra o Povo da Palestina. O caminho é a PAZ, e não a guerra. Tenho dito". ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, e dirigindo-se ao Senhor Vítor Mendes, disse que foi aprovado em Assembleia Municipal uma declaração contra o genocídio que estava a ser praticado na Palestina, terminando assim o seu reparo. ----------

O Senhor Carlos Palhinha solicitou o uso da palavra e procedeu à leitura da sua intervenção que segue na íntegra a seguir escrita: "*Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Autarcas e Exmo., público. Li, há dias, no jornal Público, de 18 de dezembro, que o pedido de desagregação da UFAP, solicitado por trezentos e quatro subscritores, em vinte e dois novembro de dois mil e vinte e dois, à Assembleia de Freguesia da UFAP, foi RECUSADO, numa primeira votação na Comissão do Poder Local e Coesão Territorial, por apresentação do mesmo fora do prazo... pessoalmente, lamento deveras este facto pois estive sempre convencido que a luta, pela Desagregação da UFAP, seria o renascer duma Nova Freguesia, em Pias, mesmo que limitada a uma área de cinco ponto quatro quilómetros quadrados, face à recusa dos residentes de Águas Belas e da Igreja Nova em*

regressarem à Freguesia-Mãe devido, certamente, mais a razões de ordem económico-financeiras do que, propriamente, à prestação de maus serviços, por parte da Mãe... de qualquer modo, vamos aguardar, por dezassete do próximo mês, que parece ser o dia da deliberação final... em Democracia, é assim... umas vezes, ganha-se... outras vezes, perde-se... e, quando se perde, devemos continuar a olhar Olhos nos Olhos do Opositor... eu sei que isto custa mas, na Vida, muito do que custa é Bom, e até faz muito bem à alma!!!... Permitam-me um pequeno comentário ao Parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais da Assembleia da República datado de dois de outubro de dois mil e vinte e quatro (pouco mais de três meses), que segundo penso, está na base desta RECUSA... O Parecer começa por referir que está «circunscrito a saber» «se a data de vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e dois... é a data-limite para a tomada de decisão da Assembleia Municipal (fechando o processo ao nível da intervenção autárquica) ou a data-limite para a sua receção nos serviços da Assembleia da República»... para mim, pessoalmente, esta forma de pedir um Parecer, sobre a interpretação do artigo 25 da Lei 39/2021, de 24 de julho, dá a ideia de que o Presidente da Assembleia da República, que pediu o Parecer, quer restringir, quer «circunscrever» a interpretação apenas a saber se a data de vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e dois é a data-limite, para uma tomada de decisão da Assembleia Municipal, ou para a sua receção nos serviços da Assembleia da República... e mais nada... mais nada interessa ao Presidente da Assembleia da República.... Senhores Deputados, para mim, a data de 21 de dezembro de 2022 é de facto uma data-limite mas não tem a ver nem com a «decisão da Assembleia Municipal» nem com a «receção nos serviços da Assembleia da República» ... para mim, esta data-limite é muito simplesmente o

termo final do prazo de um ano, repito, o termo final do prazo de um ano, que teve início em 21 de dezembro de 2021, e que se destinou à sequência dos procedimentos, definidos nos artigos 10 a 13 da Lei 39/2021... por outras palavras... o pedido de Desagregação da UFAP tinha que entrar (como de facto entrou) DENTRO DESSE PRAZO DE UM ANO na Assembleia de Freguesia (até podia entrar no último dia desse prazo de um ano... prazo é o período de tempo que decorre entre um determinado dia e outro determinado dia)... reparem que, em parte alguma do texto legal (que é o artigo 25 da Lei 39/2021), em parte alguma se diz que o pedido de Desagregação, através dos artigos, 10 a 13, tem de estar concluído... tem de estar acabado... tem de estar terminado... tem de estar findo... dentro do prazo de um ano... (que é o que afirma e defende o Parecer)...solicitado pelo Presidente da Assembleia da República, o que este artigo 25 nos diz, com clareza, é que os procedimentos, que visam a Desagregação duma União de Freguesias, têm «início no prazo de um ano», ou seja, até 21 de dezembro de 2022... «ter início» significa, na língua de Camões, «começar», «irromper», «nascer»... e não «terminar», «acabar», «dar por findo», «concluir»... esta minha interpretação é também a defendida pelos quatro Autores do Livro «Lei de Criação de Freguesias Anotadas» (por A.C. Oliveira, F. P. Oliveira, C. J. Batalhão, L. F. M. Almeida - edição da AEDREL – vidé págs 16 e 76, IV).... Também a Anafre (Associação Nacional de Freguesias), numa Informação Jurídica, de Abril 2022, sobre o prazo de apresentação dos pedidos de Desagregação, é muito clara ao afirmar que «Este procedimento especial, simplificado e transitório, previsto no artigo 25, deve (para as Freguesias que o desejam «tem que») ser iniciado dentro do prazo de um ano, após a entrada em vigor da Lei (a Lei entrou em vigor em 21

de dezembro de 2021)... (se é dentro do prazo de um ano, agora digo eu, tanto pode ser no princípio (a 1 ou 2 de janeiro), no meio (mês de junho) ou no fim desse mesmo prazo de ano(até às 24horas do dia 20 de dezembro de 2022), e assim é que se perfaz um ano)... ACHEGA. Permitam-me que eu dê, aqui mais uma achega, em reforço da minha tese de que o prazo do ano tem a ver apenas com o período de tempo (21 de dezembro 2021 a 20 de dezembro 2022) dentro do qual o Pedido de Desagregação deve entrar na Assembleia de Freguesia (1º passo), para votação... esta achega é um parecer Jurídico da Associação Nacional das Assembleias Municipais, que aparece no Facebook da CMFZ (2,37,35hrs) e que diz assim: "A criação das novas Freguesias de Areias e Pias deverá reger-se pelo regime geral da Lei".... "A Desagregação poderá ser deliberada, a todo o tempo, repito, a todo o tempo, sem sujeição à janela temporal do artigo 25 da Lei 39/2021", que não tem de ficar sujeito aquele prazo de um ano). Isto é o procedimento relativo à desagregação cujo primeiro passo efetivamente entrou dentro do período de um ano, e que, portanto, respeitou a lei. Isto significa que o Pedido de Desagregação, formulado pelos 304 Subscritores, tinha TODO O DIREITO a ser apreciado pela Assembleia da República... e não foi devido a uma suposta apresentação extemporânea ou fora de prazo... devido a raciocinar-se que a aprovação, por parte da Assembleia Municipal, deveria estar concluída, deveria estar terminada até 21 de dezembro de 2022... opinião esta da qual eu discordo frontalmente.... EM PARTE ALGUMA DO ARTIGO 25 no número 2 do Decreto da Lei 39/21, SE DIZ QUE A DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL TINHA DE SER PROFERIDA ATÉ 21 DEZEMBRO DE 2022...EM PARTE ALGUMA SE DIZ ISSO.

E mais não digo... com votos sinceros de um Bom Ano Novo para todas as Freguesias e fregueses do nosso Município." ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra e querendo fazer um comentário ao dizer que pelo facto de ter dito o que disse anteriormente no ponto nove da Ordem do Dia, não quer dizer que não concorda com o Senhor Carlos Palhinha. Referiu que concorda com o que disse e respeita a interpretação que fez legal, dizendo que todos têm de viver com aquilo que nos é imposto, com aquilo que vem de cima, e nesse sentido não pode fazer diferente, nem a Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere em momento algum deixou de cumprir com as suas funções, nunca e em momento algum, referindo que o Senhor Carlos Palhinha é testemunha dessa situação, terminando assim o seu comentário. ----------

O Senhor Vítor Mendes, no uso da palavra, falou sobre a intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal naquela sessão. Começou por dizer que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal afirmou que todo o cidadão tem de ter conhecimento das leis, ao que o Senhor Vítor Mendes concordou, mas que gostaria de saber como analfabeto como é que vai saber e conhecer a lei, dizendo que existem muitos analfabetos no país. Disse que a lei não pode ser feita ao gosto de cada um, concordando com o Senhor Presidente, dizendo que a lei deve ser feita de uma forma genérica, que abarque a grande maioria, mas infelizmente no Portugal de abril, existe uma boa parte das leis que serve exclusivamente um por cento dos portugueses, referindo que estão à margem dessa situação toda. Continuou, e chamou a atenção de que o grupo de trabalho da Assembleia da República, diz que o número cento e oitenta e três, dizia o seguinte: foi recusado, mas também dizia quem recusou, referindo que a única razão que encontraram foi o que estava descrito nas

observações no número um, e o seguinte: "*a deliberação da Assembleia Municipal foi posterior a vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, fora do prazo*". Disse também que quem rejeitou foi PSD, PS, Chega e CDS e quem votou a favor, neste caso o PCP, dizendo que é bom que fique salientado, dizendo que o Senhor Presidente não o disse. Por outro lado, chamou a atenção para a seguinte situação, o Dr. Carlos Palhinha, argumentou e sendo jurídico, conhece perfeitamente a lei, onde tem uma opinião formada sobre o assunto em questão. Referiu que se se basearem naquilo que é o entendimento do Parlamento as coisas terminariam a vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e dois. Disse que já tinha colocado na Assembleia Municipal que o dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e dois, fizeram a entrega do documento do abaixo assinado à Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia da UFAP. No dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e dois, recorreram à Câmara Municipal e solicitar documentos que a Senhora Presidente considerava necessário para avançar para a Assembleia. Continuou dizendo que no dia dois de dezembro de dois mil e vinte e dois, a Assembleia de Freguesia aprovou o abaixo assinado sobre a reposição da Freguesia de Pias, dizendo que o Senhor Presidente falou no dia sete, mas disse que tinha um documento na sua mão, que foi entregue nos serviços municipais no dia cinco de dezembro, a ata da Junta de Freguesia que a Senhora Presidente apresentou sobre a decisão tomada. Referiu depois que a Assembleia Municipal só realizou a Assembleia Municipal para votar o documento em apreço em quinze de junho de dois mil e vinte e três, ou seja, seis meses depois. Disse que a Lei nº 39/2021 de 24 de julho, apontava a data limite de vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e dois para a aprovação da Assembleia Municipal. Referiu que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal teve dezasseis

dias para realizar a Assembleia, mas não a realizou, explicando que do dia cinco ao dia vinte e um, são dezasseis dias, dizendo que o Senhor Presidente da Assembleia e todos os membros da Assembleia Municipal, deveriam ter marcado uma Assembleia, e todos eles tem responsabilidade no assunto, o PS, o PSD e o CDS. Disse que agarrando na lei e no prazo de dia vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, quem falhou foi a Assembleia Municipal, em primeiro lugar o Senhor Presidente da Assembleia e depois os seus membros da Assembleia Municipal, terminando assim a sua intervenção. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, começou por dizer ao Senhor Vítor Mendes que o respeitava sempre, mas não respeita que o Senhor Vítor Mendes falte à verdade, dizendo-lhe que no dia dezassete quando chegaram à Assembleia Municipal, já havia um parecer jurídico da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, referindo que os subscritores tinham um problema em mãos duplo, dizendo que não tinham uma desagregação administrativa, mas tinham uma desagregação administrativa e territorial, em que essa desagregação territorial obrigava por lei e pelo parecer que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu no dia dezassete de dezembro, a que Águas Belas e Igreja Nova se tivessem pronunciado. Referiu que Águas Belas não se tinha pronunciado, nem se pronunciou, mas só já no ano seguinte, daí que o processo não estava em condições de ser votado, nem no dia dezassete, nem até quatro dias até dia vinte e um, voltando a frisar que não tinha condições de ser votado, mencionando que o processo estava mal orientado, explicando que desde o princípio havia dois problemas gravíssimos na situação da UFAP, ao contrário de muitos outros. Disse ao Senhor Vítor Mendes, se fosse ver os processos de muitas outras freguesias, a

grande maioria daquelas que foram aprovadas eram desagregações administrativas, referindo que das sessenta e cinco que entraram depois do prazo, mais de cinquenta por cento, tiveram o mesmo problema que o processo de Pias teve, ou seja problemas territoriais, em que houve divisões do seu território, o que tornava o processo em apreço muito mais complexo e muito difícil de gerir em prazos curtos, voltando a frisar, muito difícil de gerir em prazos curtos. Disse então ao Senhor Vítor Mendes que não se chute para a Assembleia Municipal uma responsabilidade que não era dela, e que nunca foi dela. Referiu que a Assembleia Municipal só tem que apreciar os processos concluídos, como muito bem disse o Senhor Carlos Palhinha, desde o princípio, e não se tem que imiscuir nos processos, nem no seu início, nem no seu meio, só no seu fim é que pode dar um parecer, ou seja, que está claro em tudo o que se passou nas sessões de Assembleia Municipal e que como ressalvou o Senhor Carlos Palhinha, que tem conhecimentos jurídicos que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal não tem, e que ele mesmo ressalvou o assunto que é o momento de atuação da Assembleia Municipal. Se estão de acordo ou não com o prazo que é imposto para a Assembleia da República é outra conversa. Se o Senhor Vítor Mendes perguntasse ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal estava de acordo, ele responderia que tinha a sua opinião pessoal, tanto que a opinião pessoal foi transmitida à Assembleia Municipal e que a mesma seguiu, foi a de seguir a orientação do dia dezassete de junho com a data para terminar o prazo, sendo por essa data que a Assembleia Municipal se regeu, mas que infelizmente quando chegou à Assembleia da República essa data não foi aceite, dizendo que se essa data fosse aceite, o processo tinha sido todo gerido dentro do período normal.

Como a data não foi aceite, não depende da Assembleia Municipal em nada, terminando assim a sua intervenção. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, solicitou ao Senhor Vítor Mendes que no fim da sessão referencie o sítio onde foram colocadas as publicidades do Município. Como já tinha referenciado anteriormente a Câmara Municipal tem uma empresa prestadora de serviços que faz esse tipo de trabalho, dizendo que já sabem exatamente que não o devem fazer, pedindo assim o sítio ao Senhor Vítor Mendes para depois transmitir à empresa o seu desagrado. Disse também ao Senhor Vítor Mendes que nunca ouviu o Senhor Presidente da Câmara dizer mal do Partido Comunista, dizendo que respeita muito todos os partidos, alguns mais do que outros, e que o Partido Comunista por tudo aquilo que tem sido a sua história e o Senhor Presidente da Câmara concorde ou não, respeita e espera continuar a respeitar, naquilo que é a sua essência. Relativo à ata vai insistir com os serviços, acreditando que já tinha sido enviada. Relativamente ao Centro de Saúde, disse que é propriedade da AMBESA, dizendo que quem o pagou inicialmente, não lhe consegue confirmar, mas quem o irá pagar agora, de três, uma, referindo que será ou a IPSS, que já o está a fazer, o PRR que ainda aguarda clarificação relativo à assunção dessa responsabilidade, ou é a Câmara Municipal, dizendo que serão todos eles. Enquanto não tiver essa clarificação por parte da ACSS, não pode levar a reunião de câmara a decisão. Disse que a ligação que será feita entre a ACSS, a ULS, Câmara Municipal e a IPSS, será feita através de um protocolo devidamente feito, que assegure deveres, direitos, valor da renda e que permita o normal funcionamento de uma extensão de saúde, que é aquilo que se pretende. Quis também referenciar a dimensão da intervenção do Dr. Carlos Palhinha, com a qual

concorda, sendo uma leitura comum que o Senhor Presidente da Câmara faz, dizendo que reitera também aquilo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conta anteriormente, leitura que também faz, sabendo que o Dr. Carlos Palhinha, já a tinha mencionado anteriormente. Disse que havia de facto essa dúvida, e que ficou clarificada nas últimas decisões, não sabendo se irá ter volte face, ou não, achando que era o mais equilibrado, naquilo que era o processo da desagregação da freguesia de Pias, de decisão. Disse que havendo tanta dificuldade relativo aos timing's de entrada dos pedidos, acha que era equilibrado ao Parlamento e relativo à Comissão em especial, terem tido essa análise que na sessão presente e de forma tão clara foi dada. Deu assim os parabéns ao Dr. Carlos Palhinha por o ter conseguido fazer do modo que o fez, achando que ficou perante os presentes muito claro aquilo que está em causa e que retira de facto responsabilidades à Assembleia Municipal e áquilo que foram o trabalho dos promotores da possível desagregação, terminando assim a sua intervenção. ----------

O Senhor Vítor Mendes, no uso da palavra, informou o local onde está o MUPI, perto do Monumento dos Bombeiros e Casas de banho. Quis também dizer que não lhe interessa da empresa para nada, dizendo que a responsabilidade é da Câmara Municipal, sendo o Senhor Presidente da Câmara, o proprietário, referindo que para a próxima vez irão colocar o Senhor Presidente da Câmara em tribunal, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu que achava muito bem, dizendo que é sempre pelos direitos das pessoas, e se há coisa que preza é assumir as responsabilidades do lugar que ocupa, terminando assim a sua intervenção. ----------

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, desejando a todos um bom ano cheio de

saúde que é o principal valor para qualquer pessoa, e cheio de felicidades, não esquecendo de referir a próxima convocatória para a Freguesia de Chãos, dando por encerrada a sessão, pelas vinte e três horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. ----------

José Manuel Pinto da Silva Casanova _____

Carlos Ferreira Salgado _____

Maria Fernanda Gaspar de Moura _____